



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do *dialogic accounting* e do engajamento dos *stakeholders*

Opportunities and challenges of integrated report based on the principles of dialogic accounting and the engagement of stakeholders

Oportunidades y desafíos del reporte integrado basada en los principios de la contabilidad dialógica y del compromiso de los stakeholders

<https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81294>

Isabelle Caroline Bevilaqua

<https://orcid.org/0000-0003-3085-2055>

Doutoranda em Ciências Contábeis no Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UNB) Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
isacbevi@hotmail.com

Fátima de Souza Freire

<https://orcid.org/0000-0003-1133-5087>

Professora titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UNB) Doutora em Economia pela Université de Sciences Sociales de Toulouse I Pós-doutora pela University of Saint Andrews.
ffreire@unb.br

RESUMO

O estudo objetivou identificar as oportunidades e os desafios do desenvolvimento do Relato Integrado a partir dos princípios da contabilidade dialógica e analisar os elementos relacionados ao engajamento com os *stakeholders*. Realizou-se uma analogia entre os princípios da contabilidade dialógica e do Relato Integrado e uma análise de conteúdo nos relatos evidenciados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento, referente aos anos de 2018 a 2020. Foram identificadas como oportunidades: o engajamento com *stakeholders*, a prestação de contas e transparência e a melhoria no diálogo. E como desafios: compreensão do conteúdo. Ainda, compreendeu-se de que o banco aprecia o engajamento com seus *stakeholders* e apresenta informações não financeiras proporcionando um cenário para o desenvolvimento da contabilidade dialógica e do relato integrado.

Palavras-chave: Relato integrado; diálogo; comunicação; pensamento integrado; engajamento.

ABSTRACT

The study aimed to identify the opportunities and challenges in the development of Integrated Reporting based on the principles of dialogic accounting and to analyze the elements related to engagement with stakeholders. An analogy was made between the principles of dialogic accounting and Integrated Reporting and a content analysis in the reports evidenced by the National Development Bank, referring to the years 2018 to 2020. The following opportunities were identified: engagement with stakeholders, provision of accounts and transparency and improved dialogue. And as challenges: understanding the content. Furthermore, it was understood that the bank appreciates the engagement with its stakeholders and presents non-financial information providing a scenario for the development of dialogic accounting and integrated reporting.

Keywords: Integrated report; dialogue; communication; integrated thinking; engagement.

RESUMEN

El objetivo es identificar las oportunidades y los desafíos en el desarrollo de Reporte Integrado basados en los principios de la contabilidad dialógica y analizar los elementos con el compromiso con las partes interesadas. Se realizó una analogía entre los principios de la contabilidad dialógica y el Reporte Integrado y un análisis de contenido en los informes evidenciados por el Banco Nacional de Desarrollo, referentes 2018 a 2020. Se identificaron las oportunidades: relacionamiento con grupos de interés, provisión de cuentas y transparencia y mejora del diálogo. Como desafíos: comprender el contenido. El banco valora el compromiso con sus grupos de interés y presenta información no financiera proporcionando un escenario para el desarrollo de la contabilidad dialógica y el reporte integrado.

Palabras clave: Reporte integrado; diálogo; comunicación; pensamiento integrado; compromiso.

Informações sobre o Artigo

Submetido em 14/07/2022
Versão final em 01/11/2022
Aceito em 01/11/2022
Publicado online em 28/02/2023

Comitê Científico Interinstitucional
Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado
Editor Associado: Rosimeire Pimentel Gonzaga
Avaliado pelo sistema *double blind review* (SEER/OJS – versão 3)



OPEN ACCESS

Como citar este artigo:

Bevilaqua, I., & Freire, F. (2023). Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do dialogic accounting e do engajamento dos stakeholders. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21, e81294.
<https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81294>

1 INTRODUÇÃO

A *Dialogic Accounting* ou contabilidade dialógica (em português) baseia-se no interpretativismo, na teoria crítica e parte do pressuposto que a realidade é construída coletivamente pelos seres humanos a partir do relacionamento mútuo entre o mundo social e a contabilidade (Blackburn, Brown, Dillard & Hooper, 2014). Para o desenvolvimento da contabilidade dialógica é necessário que ocorra o afastamento da abordagem monológica, ou seja, da contabilidade tradicional que se concentra em uma narrativa única, dominada pelo positivismo e pela economia neoclássica (Brown & Dillard, 2015; Angotti, 2018; Brown, 2009).

A contabilidade dialógica busca proporcionar um campo para o desenvolvimento de discursos independentes e auxiliar na elaboração da prestação de contas contábeis (Godowski, Nègre & Verdier, 2020). Além disso, possibilita o desenvolvimento de práticas contábeis que consideram os valores e interesses dos *stakeholders* (Brown, 2009; Dillard & Brown, 2015), propicia aos *stakeholders* expressar suas opiniões e influências referente questões específicas (Bellucci, Simoni, Acuti & Manetti, 2019), bem como reconhecer pontos de vistas divergentes para fomentar um debate democrático (Brown, 2009).

Nesse sentido, destaca-se a atuação dos relatórios corporativos, em especial, do Relato Integrado (RI). O RI visa melhorar a qualidade dos relatórios e a prestação de contas a partir de um diálogo múltiplo entre os *stakeholders* (Abeysekera, 2013; Adhariani & Villiers, 2018). Observa-se que os relatórios corporativos passaram por mudanças para melhorar a transparência, revisar modelos de negócios e garantir uma abordagem pluralista que considere as demandas do seu público interno e externo (Dumay et al., 2016; Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza, & García-Sánchez, 2013).

No setor público, o RI passou a ser obrigatório para as empresas públicas, sociedades de economia mistas (Lei 13.303/2016) e das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) a partir da Decisão Normativa (TCU 170/2018; TCU 178/2019; TCU 187/2020). Conforme estudos anteriores, destaca-se que o relato contribui com a melhoria da transparência e divulgação de impactos da gestão pública no meio ambiente, na sociedade e na economia, garantindo uma maior responsabilidade e criação de valor (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019).

Diante disso, é possível levantar o questionamento “quais oportunidades e desafios são identificados para o desenvolvimento do Relato Integrado a partir dos princípios da Contabilidade Dialógica e do engajamento com os *stakeholders*?”. Para responder ao questionamento, o objetivo do estudo é identificar as oportunidades e os desafios do desenvolvimento do Relato Integrado a partir dos princípios da contabilidade dialógica e analisar os elementos relacionados ao engajamento com os

stakeholders evidenciados no Relato Integrado de uma empresa pública.

Para isso, realizou-se uma analogia entre os princípios da contabilidade dialógica e do RI, o que possibilitou a identificação das oportunidades e desafios do desenvolvimento conjunto de ambos. Em seguida, analisou-se o relacionamento com os *stakeholders*, princípio básico do RI, e palavras-chave retiradas dos princípios da contabilidade dialógica a partir de uma análise de conteúdo, conforme as proposições de Bardin (2016). Considerou-se para a análise os RIs divulgados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) nos anos de 2018 a 2020.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de explorar a literatura sobre a temática, em especial, a pesquisa sobre RI no setor público que tem sido pouco realizada (Nicolo et al., 2021; Marasca et al., 2020). A partir da publicação da Orientação Técnica (OCPC) 09 – Relato Integrado (CFC, 2020) é possível que as empresas brasileiras passem a considerar a divulgação de seus resultados no formato do RI. Nesse sentido, o RI pode se tornar uma ferramenta de comunicação que considera os múltiplos *stakeholders*. Os resultados da pesquisa podem ser úteis para elaboradores de reportes que buscam engajar seus *stakeholders* e fornecer uma linguagem democrática. Ainda, o estudo avança com o campo científico ao apresentar as oportunidades e desafios do relato no contexto da contabilidade dialógica, fornecendo *insights* para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Dialógica (*Dialogic Accounting*)

A *dialogic accounting* ou contabilidade dialógica (em português) tem sido constantemente demandada pela literatura acadêmica por promover práticas contábeis que consideram os valores e interesses dos *stakeholders* (Brown, 2009; Dillard & Brown, 2015). Ao avançar com a abordagem *mainstream* da contabilidade, conhecida por ser monológica e comunicar uma única narrativa, a contabilidade dialógica amplia as vozes e as perspectivas de todos os usuários das organizações, antes suprimidas (Angotti, 2018; Brown, 2009).

A contabilidade dialógica parte do pressuposto que a realidade é construída coletivamente pelos seres humanos a partir do relacionamento mútuo entre o mundo social e a contabilidade (Blackburn, Brown, Dillard & Hooper, 2014). A ideia da contabilidade dialógica não é ter uma narrativa universal (Dillard & Brown, 2015) e sim proporcionar campo para o desenvolvimento de discursos independentes, daqueles que são responsáveis por elaborar a prestação de contas contábil (Godowski, Nègre & Verdier, 2020).

Nesse sentido, a contabilidade dialógica é uma forma crítica de contabilidade que propicia aos *stakeholders* um contexto para expressar suas opiniões e influências sobre

questões específicas (Bellucci, Simoni, Acuti & Manetti, 2019) como: o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade (Bellucci et al., 2019); sistemas de informação contábil e contabilidade socioambiental (Dillard, Yuthas & Baudot, 2016); valores, interesses e perspectivas sociopolíticas (Blackburn et al., 2014)

A contabilidade dialógica é baseada no interpretativismo e na teoria crítica e parte do pressuposto de que a contabilidade não deve ser apolítica ou livre de valores, pois se baseia em opiniões individuais (Blackburn

et al., 2014). Portanto, a perspectiva dialógica busca reconhecer pontos de vistas divergentes e fomentar um debate democrático (Brown, 2009). Para que isso ocorra, há a necessidade de se afastar da abordagem monológica da contabilidade tradicional, a qual se concentra em uma narrativa(mono), dominada pelo positivismo e pela economia neoclássica (Brown & Dillard, 2015). A partir de um levantamento da literatura, Brown (2009) identifica oito temas, doravante denominados princípios (Tabela 1).

Tabela 1

Temas relevantes da contabilidade dialógica

Princípios	Descrição / Abrangência
1. Necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas	A contabilidade Dialógica reconhece que há uma diversidade de ideologias, valores e perspectivas que direcionam modos diferentes de operacionalizar a contabilidade. O objetivo da contabilidade dialógica é facilitar a expressão de diferentes perspectivas e encorajar o engajamento e interação democrática além das fronteiras a partir da manifestação de opiniões, vozes e pontos de vistas.
2. Importância de evitar o “reducionismo monetário”	A contabilidade dialógica é responsável por evitar o reducionismo monetário fornecendo dados quantitativos e qualitativos e proporcionando informações necessárias para julgamentos próprios dos indivíduos e compreensão de seus limites de atuação.
3. Aberto sobre a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	A contabilidade dialógica é baseada na epistemologia construcionista social e reconhece que as informações são baseadas nas decisões e escolhas humanas as quais estão sujeitas ao contexto (ambiente) sociopolítico. Os atores precisam estar preparados para ser transparentes sobre os valores e pressupostos utilizados para basear as contas.
4. Permitir o acesso para “não especialistas”	Na abordagem dialógica é demandado que os <i>stakeholders</i> confiem nas informações fornecidas, as quais são realizadas em linguagem clara, sem incertezas e acessíveis para todos. Além disso, é necessário que os profissionais realizem reflexões críticas, interdisciplinares e ideológicas.
5. Garantir processos participativos eficazes	Alcançar uma participação efetiva na prática oferece desafios significativos e para que ocorra é necessário que a contabilidade vivencie uma mudança estrutural ampla e envolva os <i>stakeholders</i> no início do processo e desenvolver regras de atuação uniforme.
6. Estar atento às relações de poder	Os números exercem poder e autoridade e podem intensificar o desequilíbrio de poder.
7. Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica	A contabilidade dialógica busca tornar os atores reflexivos e críticos de modo a interagir em grupos com diferentes perspectivas. Dentro da noção dialógica, a contabilidade é aberta e bidirecional, proporcionando consciência dos limites de atuação de cada ator.
8. Resistir a novas formas de monologismo	É necessário ter cuidado para que não ocorra a confusão de considerar a contabilidade dialógica como uma nova abordagem monológica. Tem como objetivo fornecer ferramentas que possibilitem às pessoas se organizarem de modo democrático.

Fonte: Elaborado a partir de Brown (2009).

A partir uma abordagem agonística da contabilidade dialógica Kingston, Furneaux, Zwaan e Alderman (2020) constataram que é necessário estabelecer o envolvimento dos beneficiários dentro das organizações sem fins lucrativos para garantir pluralismo em vários níveis. Ao adotar uma perspectiva agonística é possível aprimorar e facilitar o diálogo e o debate sobre estratégias, bem como avançar com a adoção de programas sociais e progressistas eficazes (Dillard & Brown, 2015).

De modo semelhante, para que a tomada de decisão ocorra, Vinnari e Dillard (2016) argumentam ser fundamental a existência do pluralismo, o qual auxilia na superação das diferenças por intermédio de diálogo e debate, condicionando a um entendimento mútuo.

Godowski, Nègre e Verdier (2020) afirmam que a contabilidade agonística fornece a estrutura para descrever e promover uma forma de participação na empresa, além de trazer mudanças no uso da contabilidade em direção a um maior dialogismo.

Além disso, os princípios contábeis agonísticos são base para a implementação e avaliação de um sistema de informação contábil, por exemplo, a contabilidade socioambiental, e de inovação e mudança na organização (Dillard, Yuthas & Baudot, 2016). Com o foco na contabilidade e na prestação de contas dialógica crítica, Tanima, Brown e Dillard (2020) evidenciam que uma mudança de discursos dominantes só é possível a partir de estímulos externos que possibilitam o diálogo crítico e a

reflexão entre as partes interessadas, em especial, relacionados à contraposição de discursos ideológicos como o empoderamento feminino.

Além disso, a contabilidade dialógica pode atuar como uma forma de garantir o engajamento com os *stakeholders*. De acordo com Bellucci, Simoni, Acuti e Manetti (2019) as empresas costumam se comprometer com um diálogo bidirecional e os relatórios de sustentabilidade podem se tornar uma plataforma para que a contabilidade dialógica atue, desde que o engajamento das partes interessadas seja eficaz.

Nesse sentido, o processo de contabilidade dialógica permite a troca de informações entre cidadãos, políticos e gestores públicos por meio de *feedback* nas redes sociais (Grossi, Biancone, Secinaro & Brescia, 2021). Ao explorar a utilização das mídias sociais, Bellucci e Manetti (2017) observam que elas representam um poderoso mecanismo para envolver as partes interessadas em uma conversa política. Com relação aos achados, o uso do Facebook® como ferramenta de comunicação ocorre na seguinte proporção: 1) 41% não usam mídias sociais; 2) 44% que

usam, mas com interação limitada, produzindo uma marca de comunicação monológica; 3) 15% que são empenhados em usá-lo como uma ferramenta de comunicação dialógica bidirecional (Bellucci & Manetti, 2017).

Por outro lado, o Twitter® é mais utilizado para mensagens de informação pública, enquanto o Facebook® parece ser mais usado para publicar conteúdo em uma perspectiva dialógica que cria conversas bidirecionais e colaborativas com os usuários (Manetti, Bellucci e Bagnoli, 2017). Ainda, Landi, Costantini, Fasan e Bonazzi (2021) identificaram que durante o surto de pandemia do coronavírus (Covid-19) a mídia social foi utilizada como ferramenta de engajamento público. Além disso, concluíram que as notícias falsas se desenvolveram mais amplamente em contextos em que o órgão público não promoveu a contabilidade dialógica (Landi, Costantini, Fasan & Bonazzi, 2021).

A Tabela 2 é responsável por apresentar uma síntese dos principais temas abordados pela contabilidade dialógica.

Tabela 2

Temas Centrais da Literatura de Contabilidade Dialógica

Tema Geral	Tema Central	Autor (Ano)
Democracia agonística	Engajamento	Kingston et al. (2020) Godowski et al. (2020)
	Pluralismo	Kingston et al. (2020) Vinnari e Dillard (2016)
	Facilidade do Diálogo	Dillard e Brown (2015)
	Orçamento Participativo	Aleksandrov, Bourmistrov e Grossi (2018)
Contabilidade Dialógica	Mídias Sociais	Bellucci e Manetti (2017) Landi, Costantini, Fasan e Bonazzi (2021) Giacomini, Zola, Paredi e Mazzoleni (2020) Bellucci, Biagi e Manetti (2019)
	Mídias Sociais e Engajamento com os <i>stakeholders</i>	Manetti, Bellucci e Bagnoli (2017)
	Plataformas Digitais	Grossi, Biancone, Secinaro e Brescia (2021)
Contabilidade Dialógica Crítica	Accountability	Kingston, Furneaux, Zwaan e Alderman (2019) Pärl, Paemurru, Paemurru e Kivisoo (2020)
	Empoderamento Feminino	Tanima, Brown e Dillard (2020)

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos artigos citados na Tabela 2 observa-se que há ênfase da contabilidade dialógica com foco na perspectiva agonística. Além disso, a perspectiva crítica, principalmente relacionada à *accountability* também é utilizada pelos artigos para compreender o papel dos reportes divulgados pelas organizações na contabilidade dialógica. Com relação aos temas centrais, as mídias sociais e as plataformas digitais são uma temática crescente nos últimos anos. Ainda, há a presença de estudos que buscam entender o diálogo, bem como seu pluralismo e o impacto no engajamento dos *stakeholders* (Dillard & Brown, 2015; Vinnari & Dillard, 2016; Kingston et al., 2020; Godowski et al., 2020).

2.2 Relato Integrado no Setor Público

Elaborado a partir de discussões propostas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o Relato Integrado (RI) destaca-se por ser um processo, baseado no pensamento integrado, que resulta em um relatório sobre a criação de valor (IIRC, 2013). Atualizado em 2021 o *Framework* para o RI é sustentado em sete princípios básicos e oito elementos de conteúdo (Tabela 3), os quais são interligados, não excludentes e visam harmonizar e orientar o conteúdo e a forma de apresentação das informações (Higgins, Stubbs & Love, 2014; Cheng et al., 2014).

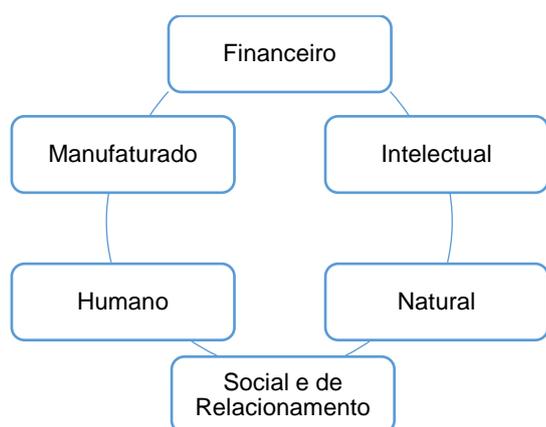
Tabela 3

Princípios Básicos e Elementos de Conteúdo do Relato Integrado

Princípios Básicos	Descrição
a) Foco estratégico e orientação para o futuro	O RI deve oferecer uma visão da estratégia da organização e da capacidade de geração de valor no curto, médio e longo prazo, e do uso dos capitais.
b) Conectividade de informações	O RI deve demonstrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo;
c) Relacionamento com as partes interessadas	O RI deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com seus principais <i>stakeholders</i> .
d) Materialidade	O RI deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor.
e) Concisão	O RI deve ser conciso, porém incluir contexto suficiente para entender a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização.
f) Confiabilidade e completude	O RI deve abranger todos os assuntos relevantes, positivos e negativos, de maneira equilibrada e não tendenciosa e isento de erros materiais.
g) Consistência e comparabilidade	O RI deve apresentar informações com as bases coerentes ao longo do tempo; e de maneira que permita uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor.
Elementos de Conteúdo	Questão
i) Visão geral organizacional e ambiente externo	O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua?
ii) Governança	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor?
iii) Modelo de negócios	Qual é o modelo de negócios da organização?
iv) Riscos e oportunidades	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?
v) Estratégia e alocação de recursos	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
vi) Desempenho	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?
vii) Perspectivas futuras	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e o as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
viii) Bases para apresentação	Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?

Fonte: Elaborado a partir de IIRC (2013; 2021).

Os princípios básicos e elementos de conteúdo são disponibilizados, igualmente, na Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, aprovada em novembro de 2020 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) brasileiro. Além dos aspectos apresentados na Tabela 3, o OCPC 09 apresenta seis capitais (CFC, 2020) conforme disponibilizado na Figura 1.

**Figura 1.** Capitais do Relato Integrado

Fonte: Adaptado de CFC (2020) e IIRC (2013; 2021)

Destaca-se que os capitais são estoques de valor que aumentam, diminuem ou são transformados a partir das atividades das organizações (CFC, 2020). O capital financeiro abrange o conjunto de recursos disponíveis para uso na produção de bens ou prestação de serviços, enquanto o capital manufaturado é representado pelos

objetos físicos disponíveis para uso, o qual inclui instalações, equipamentos, entre outros. O capital intelectual são os intangíveis que podem ser oriundos do conhecimento, como direitos autorais, patentes e *softwares*. Já o capital humano abrange as competências e habilidades, bem como as experiências pessoais. O capital social e de relacionamento envolve as instituições e os relacionamentos, dentre o entre os grupos de *stakeholders*, bem como o compartilhamento de padrões e valores. Por fim, o capital natural é representado pelos recursos ambientais renováveis e não renováveis (IIRC, 2013;2021; CFC, 2020).

O RI é cada vez mais demandado pelas organizações frente a sua capacidade de fornecer informações especializadas como estratégia, governança, perspectivas futuras e criação de valor (García-Sánchez et al., 2013; Cheng et al., 2014). Além de garantir uma melhoria para os reportes corporativos por intermédio de uma narrativa simples e qualificada que busca atender as necessidades dos *stakeholders* (Adhariani & de Villiers, 2018; Lai et al., 2018).

Nesse sentido, a demanda dos *stakeholders* por informações socioambientais e por melhorias na prestação de contas tem impulsionado uma mudança na postura das entidades, inclusive daquelas pertencentes ao setor público (Nicolò, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020). A importância da prestação de contas evoluiu, de modo que emergiu o debate relacionado aos relatórios não financeiros no setor público (Mauro, Cinquini, Simonini & Tenucci, 2020).

Somados a isso, o descontentamento e desconfiança dos cidadãos em relação aos políticos e administradores de instituições faz com seja necessário estratégias de transparência e responsabilização (Montesinos & Brusca, 2019). Consequentemente, os relatórios corporativos passaram por mudanças na busca de fornecer informações úteis, com transparência e responsabilidade, de tal modo que as organizações passaram a revisar seus modelos de negócios para uma abordagem pluralista que considera os *stakeholders*, a sustentabilidade, a ética e a transparência (Dumay et al., 2016; Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza, & García-Sánchez, 2013).

Diante disso, o RI tem emergido como uma alternativa para as entidades dos setores público e privado (Nicolò, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020; Caruana & Grech, 2019). Em especial, no âmbito das organizações públicas, o RI ocasiona um aumento na quantidade e qualidade das divulgações de sustentabilidade, resultando em uma divulgação equilibrada da materialidade relacionada às informações de sustentabilidade, ainda que os aspectos da equidade precisem ser melhorados (Montecalvo, Farneti & Villiers, 2018).

Além disso, o RI nas universidades públicas representa um passo na jornada de relatórios que busca demonstrar a criação de valor público e a responsabilidade (Mauro, Cinquini, Simonini & Tenucci, 2020), além de reformular o modo de pensar das organizações a partir de sua internalização (Guthrie, Manes-Rossi & Orelli, 2017).

No entanto, conforme destaca Mauro et al. (2020) incluir os elementos de conteúdo de forma fragmentada e não homogênea faz com que a adoção do RI não seja completa. A adoção do *Framework* para o RI foi responsável por promover uma avaliação da materialidade, conduzindo a uma redução das informações sociais abrangentes e um foco maior na divulgação de informações consideradas materiais para os *stakeholders* (Farneti, Casonato, Montecalvo & Villiers, 2019).

Ao avaliar a adoção do *Framework* para o RI, proposto pelo IIRC e o RI evidenciado por uma universidade pública Veltri e Silvestri (2015) identificaram que há inclusão dos elementos de conteúdo, porém estes não são aprofundados e não há uma orientação prospectiva, informações interligadas, destaques na criação de valor e no relacionamento com os *stakeholders*, considerados internamente no conteúdo do RI divulgado. Tal fato demonstra que apesar de adotar o RI é necessário que ocorra o monitoramento, para que o relato cumpra seu papel nas organizações.

No setor público, o RI pode ser um processo opressor e caro para que as organizações adotem sua estrutura de princípios e elementos de conteúdo por completo, sendo uma alternativa a adoção gradual com foco na melhoria de transparência e responsabilidade (Caruana & Grech, 2019). Ainda, a adoção do RI é limitada pelas características organizacionais (Cavicchi, Oppi & Vagnoni, 2019). No setor público brasileiro, o RI passou a ser obrigatório para as empresas públicas e sociedades de economia mistas (Lei

13.303/2016) e das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) a partir da Decisão Normativa (TCU 170/2018; TCU 178/2019; TCU 187/2020).

Destaca-se que o relato contribui com a melhoria da transparência e divulgação de impactos da gestão pública no meio ambiente, na sociedade e na economia, garantindo uma maior responsabilidade e criação de valor (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019).

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como documental e descritiva, com abordagem qualitativa (Gibbs, 2009; Cooper & Schindler, 2003). Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa divide-se em dois estágios: (1) seleção do material para analogia do relato integrado e contabilidade dialógica; (2) análise de conteúdo empírica. No primeiro estágio (1), levantou-se a literatura referente a contabilidade dialógica a partir da busca na base de dados Scopus em setembro de 2021 com os termos de busca: “*dialogic accounting*”. Na sequência buscou-se os termos: “*integrated reporting*” AND “*public sector*”, entre aspas e apresentados no Título, Resumo e Palavras-chave para localizar os artigos com foco no RI na área pública.

Destaca-se que os resultados dessa busca foram utilizados para elaborar as subseções 2.1 e 2.2 da presente pesquisa, respectivamente. A partir das constatações obtidas pelos artigos analisados, em ambas as estratégias de busca, foi possível elaborar a comparação entre os princípios da contabilidade dialógica e do relato integrado, os quais são apresentados na subseção 4.1.

O segundo estágio da pesquisa (2) consiste na análise de conteúdo empírica do relato integrado evidenciado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). A escolha do BNDES ocorreu devido sua atuação representar o principal instrumento do Governo Federal para financiamento a longo prazo e investimento nos setores da economia (BNDES, 2018) e requerer atenção especial mediante o impacto de suas atividades (Favato, Neumann e Sanches, 2020).

O BNDES é uma empresa pública que avalia a concessão de apoio com foco socioambiental e econômico, do Brasil, sendo o incentivo à inovação, desenvolvimento regional e socioambiental algumas das prioridades para a instituição (BNDES, 2020). Além disso, o BNDES é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e apoia empreendedores de qualquer porte, possuindo, portanto, um leque abrangente de *stakeholders*.

Para o segundo estágio (2), a coleta de dados ocorreu em novembro de 2021 em três Relato Integrado evidenciados pela companhia referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020. A delimitação do período decorreu devido a Lei 13.303/2016 que tornou obrigatória a divulgação do relatório de sustentabilidade ou Relato Integrado pelas empresas públicas e de economia mista. Para a análise foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), em três etapas (Figura 2).

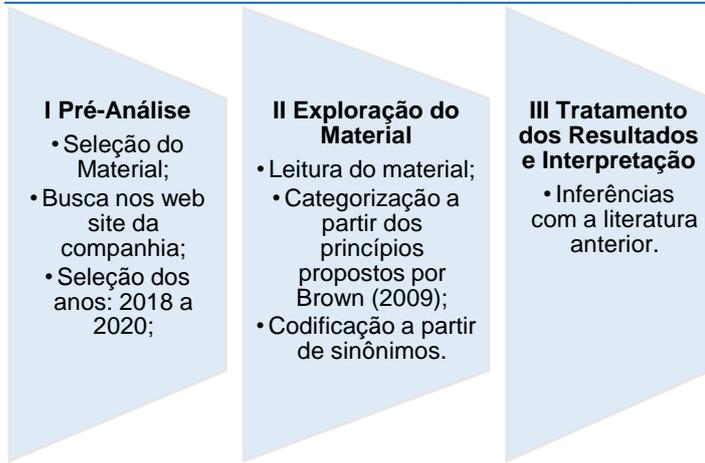


Figura 2. Etapas da análise de conteúdo
Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

As três etapas propostas por Bardin (2016) ocorreram simultaneamente. A seleção do material foi realizada a partir de buscas no *web site* da companhia, na qual foram obtidos os RI de 2018, 2019 e 2020. A leitura do material e a elaboração da seção 2 do presente artigo possibilitaram os procedimentos de categorização e codificação (Tabela 4). A categoria analisada é o relacionamento com os *stakeholders*, princípio básico do RI (IIRC, 2013; 2021) e a codificação são as palavras-chave obtidas a partir dos princípios da contabilidade dialógica (Brown, 2009).

Tabela 4

Categorias e codificação para análise de conteúdo

Categoria	Codificação
Relacionamento com os <i>Stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Stakeholders</i>; - Diálogo; - Comunicação; - Informações não financeiras; - Capitais; - Pensamento Integrado; - Transparência;

Fonte: Elaboração própria.

Os oito princípios apresentados por Brown (2009) na Tabela 1 foram considerados para obtenção da codificação. Para conduzir a coleta dos dados da análise empírica, os princípios foram sintetizados em códigos, ou seja, palavras-chave (Tabela 4) que direcionassem ao seu conteúdo principal (Tabela 1). Conforme observado por Brown (2009), (i) permitir o acesso para “não especialistas” possibilita a inclusão dos múltiplos *stakeholders*, logo o princípio garantiu a delimitação da palavra-chave “*stakeholders*”. O princípio (ii) necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas abre espaço para o reconhecimento da interdisciplinaridade de conteúdo e das diferenças do diálogo e orientações ideológicas, captadas a partir das palavras-chave “diálogo e comunicação”.

Os princípios (iii) aberto sobre a natureza subjetiva e contestável dos cálculos; (iv) importância de evitar o “reducionismo monetário”; possibilitou a delimitação das palavras-chave “informações não financeiras e capitais”. E

o princípio (v) garantir processos participativos eficazes, permitiu definir a palavra-chave “pensamento integrado”. A palavra-chave “transparência” não derivou de um princípio da contabilidade dialógica e foi delimitada para verificar a postura do BNDES com relação à transparência frente seus *stakeholders*.

Cada palavra-chave destacada foi investigada no texto do RI evidenciado pelo BNDES nos anos de 2018 a 2020 e possibilitaram a elaboração do *corpus* da pesquisa. A partir dos elementos localizados realizou-se o tratamento dos dados e as inferências com base na literatura anterior.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seção 4 do estudo é responsável pela apresentação, análise e discussão dos resultados, para isso, foi dividida em duas subseções. Em primeiro momento, na subseção 4.1 são apresentados e discutidos as oportunidades e desafios do Relato Integrado no contexto da contabilidade dialógica. Em seguida, na subseção 4.2 é apresentada uma análise empírica nos RIs evidenciados pelo BNDES.

4.1 Contabilidade Dialógica e Relato Integrado: Oportunidades e Desafios

De acordo com Brown (2008) a contabilidade dialógica apresenta oito princípios relevantes: (1) reconhecer múltiplas orientações ideológicas; (2) evitar o reducionismo monetário; (3) estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos; (4) dar condições de acesso para não especialistas; (5) assegurar processos participativos efetivos; (6) atentar-se para as relações de poder; (7) reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica; e (8) resistir à novas formas de monologismo.

Destaca-se que os princípios estão interligados a partir de um processo cíclico de mudança de postura das organizações, frente os fatos da contabilidade. Para que a contabilidade reconheça as diversidades de valores e perspectivas ideológicas de modo a encorajar o engajamento (1) é necessário que esteja atento às relações de poder (6) e resista a novas formas de monologismo (8). Além disso, a mudança de postura para garantir acesso aos “não especialistas” (4) conforme proposto pela contabilidade dialógica, demanda que as organizações forneçam informações contábeis livres de incerteza, acessíveis e de fácil compreensão. Para que tal informação seja eficaz é necessário que seja evitado o reducionismo monetário (2) e seja incluído informações de natureza qualitativa.

Nesse sentido, a contabilidade dialógica pode fornecer um cenário para o desenvolvimento do RI. A adoção do RI envolve a inclusão de uma ampla gama de pontos de vistas e a interdisciplinaridade de conteúdo para elaborar um relatório que contenha informações de cunho variados. A adoção do pensamento integrado é responsável por facilitar o engajamento com as partes interessadas

(McNally et al., 2017) e proporcionar um cenário para a melhoria da comunicação e do diálogo (Cheng et al., 2014; Naynar, et al., 2018). Em consonância com o princípio da contabilidade dialógica infere-se que o RI, a partir de uma postura ativa com o pensamento integrado, forneça um contexto para o reconhecimento da diversidade ideológica, do engajamento e da interação além das fronteiras de opiniões e pontos de vistas.

A literatura do RI apresenta a crítica de que o relato objetiva atender as demandas dos provedores de capital financeiro (Flower, 2015). No entanto, a utilização dos seis capitais propostos pelo IIRC (2013; 2021) podem ser utilizados para determinar e apresentar as informações financeiras e não financeiras para todos os *stakeholders* (Rupley et al., 2017). Além disso, o pensamento integrado é visto como uma ferramenta que promove informações para a tomada de decisão eficaz (CGMA, 2014). No setor público, a quantidade e qualidade das divulgações de sustentabilidade é aumentada com a divulgação do RI (Montecalvo et al., 2018). De modo comparativo com o princípio da contabilidade dialógica espera-se que o RI propicie uma mudança de foco das informações puramente quantitativa e financeiras.

O RI tem como princípio a confiabilidade e completude dos dados e busca abranger todos os assuntos relevantes, positivos e negativos, de maneira equilibrada, não tendenciosa e isenta de erros materiais (IIRC, 2013; 2021). Além disso, o RI tem como capacidade melhorar a transparência dos reportes corporativos (Kılıç & Kuzey, 2018). Em especial no setor público, há uma demanda crescente por prestação de contas e por relatos não financeiros (Nicolò et al., 2020; Mauro et al., 2020). O princípio da contabilidade dialógica prevê que os dados são baseados nas decisões e escolhas humanas, as quais estão sujeitas ao ambiente. Portanto, é necessário que os

atores estejam preparados para ser transparentes sobre os valores e pressupostos informados. Nesse sentido, espera-se que a contribuição do RI com o fornecimento de dados completos e assuntos relevantes, de modo não tendencioso e sem erros visando auxiliar na prestação de contas organizacional.

Um dos princípios do RI é o relacionamento com as partes interessadas, o qual assegura uma visão das relações que a organização mantém com seus *stakeholders* (IIRC, 2013; 2021). O relacionamento com as partes interessadas envolve também a capacidade do RI fornecer informações simples, confiáveis e qualificadas para incluir os *stakeholders* não especialistas (Adhariani & Villiers, 2018; Lai et al., 2018). A contabilidade dialógica demanda a confiança dos *stakeholders* na informação fornecida, a qual deve ser realizada em linguagem clara e sem incerteza. Esse princípio da contabilidade dialógica além do relacionamento com as partes interessadas do RI, possui ligação com o princípio da completude e confiabilidade dos dados, uma vez que a partir de informações precisas, claras e isentas de erros é possível ampliar o leque de *stakeholders* considerados pelo RI.

O pensamento integrado, no contexto do RI, é estimulado na prática por mecanismos de mudança e pelo engajamento de equipes nos processos de relatar integrado (Guthrie et al., 2017). Um dos princípios da contabilidade dialógica é alcançar a participação efetiva na prática e o envolvimento dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento de regras de atuação. Portanto, espera-se que a partir de uma adoção do pensamento integrado, o processo de elaboração do RI seja capaz de envolver os *stakeholders* nas práticas organizacionais.

A partir disso, elaborou-se a Tabela 5 com o resumo do relacionamento entre a contabilidade dialógica e o Relato Integrado.

Tabela 5

Contabilidade Dialógica *versus* Relato Integrado

Princípio da Contabilidade Dialógica	Aplicação do Relato Integrado (RI)
Necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas Estar atento às relações de poder	Interdisciplinaridade de conteúdo; Melhoria de comunicação e diálogo; Postura ativa com o pensamento integrado. Engajamento com os <i>stakeholders</i> ;
Importância de evitar o “reducionismo monetário”	Seis capitais do RI; Informações Financeiras e não financeiras; Pensamento Integrado; Princípio: Confiabilidade e Completude dos dados; Informações positivas e negativas; Informações equilibradas; Melhoria da transparência; Prestação de contas e relatórios não financeiros.
Aberto sobre a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	Princípio: Relacionamento com os <i>stakeholders</i> Informações simples, confiável e qualificada; Inclusão de todos os <i>stakeholders</i> ;
Permitir o acesso para “não especialistas”	Engajamento de equipes; Pensamento Integrado;
Garantir processos participativos eficazes	
Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica Resistir a novas formas de monologismo	O RI não deve ser mais um relatório para as organizações e sim integrar as informações de modo conciso e holístico.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do exposto e do resumo evidenciado na Tabela 5, observa-se que o RI pode ser desenvolvido no contexto da contabilidade dialógica. O engajamento com os *stakeholders* (Kingston et al., 2020; Godowski et al., 2020), a divulgação de informações concisas e completas, a inclusão das informações não financeiras e a melhoria da prestação de contas (*accountability*) e transparência (Kingston et al., 2019; Päril et al., 2020) são temas apresentados pela contabilidade dialógica e representam oportunidades para o desenvolvimento do RI.

Dessa forma, destaca-se que as oportunidades para o desenvolvimento do RI no contexto da contabilidade dialógica resumem-se em:

- O RI pode auxiliar no engajamento com os *stakeholders* possibilitando melhores compreensões ideológicas e permitindo acesso aos não especialistas.
- O RI pode atuar como uma ferramenta de prestação de contas e *Accountability*, garantindo processos participativos e eficazes.
- O RI por intermédio do pensamento integrado condiciona uma melhoria e facilidade do diálogo
- Com o auxílio dos seis capitais e do pensamento integrado, o RI pode contribuir com a redução do “reducionismo monetário” ampliando o foco em informações não financeiras e qualitativas.

No entanto, há ainda aspectos a serem melhorados para que o RI atenda satisfatoriamente os princípios da contabilidade dialógica. A obrigatoriedade do RI, como é o caso do setor público brasileiro, pode não necessariamente representar ser uma melhoria no processo de comunicação organizacional. Portanto, é necessário melhorar a compreensão dos elementos de conteúdo do RI, os quais por mais que sejam adotados sem o monitoramento eficaz podem não cumprir com o papel do RI (Veltri & Silvestri, 2015). Esses são pontos desafiadores para que o RI atue no contexto da contabilidade dialógica.

4.2 Contabilidade Dialógica no Relato Integrado: Uma análise empírica

A partir do levantamento realizado na subseção anterior (4.1) destaca-se que o engajamento com os *stakeholders* representa uma oportunidade de desenvolvimento do RI no contexto da contabilidade dialógica. Diante disso, buscou-se analisar empiricamente o RI evidenciado pelo BDNES, uma empresa pública, a partir da perspectiva do engajamento com os *stakeholders*.

4.2.1 Trajetória e Mensagem do BNDES

O BNDES é um dos mais rentáveis bancos de desenvolvimento do mundo e vivenciou diversas mudanças no decorrer do tempo, desde 1952 (Lazzarini, Musacchio & Bandeira-de-Melo, 2015; Souza, Ferreira & Hanley, 2015; BNDES, 2018). Sua atuação requer atenção especial, quanto ao impacto de suas atividades no investimento nacional (Favato et al., 2020), pois representa o principal instrumento do Governo Federal para financiamento a longo prazo e investimento nos setores da economia.

No ano de 2018, o BNDES enfatizou a continuação das mudanças do ambiente de negócios que presencia desde 2014, o qual demandou a reformulação de seu modelo de negócios. O foco dessa mudança direcionou-se para a clareza da missão do desenvolvimento, garantia da sustentabilidade financeira da instituição e fortalecimento da organização (BNDES, 2018).

A partir de 2019 o BNDES apresentou a atualização de sua estratégia, bem como a adoção de um posicionamento focado nos impactos diretos de sua atuação para a população, superior a apresentação de seus resultados e metas financeiras. Diante disso, o princípio norteador da comunicação e do relacionamento do BNDES com o seu público passou a ser a transparência (BNDES, 2019).

Em 2020 o BNDES destacou sua importância para a ampliação do crédito às micro, pequenas e médias empresas, visando a manutenção de empregos e renda, principalmente em um cenário de instabilidade do mercado e em um contexto pandêmico. O banco estende sua atuação informando que o impacto social e ambiental sempre esteve no cerce da missão do BNDES e alinhado aos princípios ambiental, social e de governança (ASG) buscam a efetividade na entrega dos resultados (BNDES, 2020).

4.2.2 Engajamento com os stakeholders

A presente subseção apresenta os dados referente ao engajamento com os *stakeholders*. Inicialmente são apresentados quais são os principais públicos de interesse selecionados pelo BNDES (A). Em seguida discute-se os demais aspectos para compreender o engajamento com os *stakeholders*: comunicação e diálogo (B); pensamento integrado (C); informações não financeiras e capitais (D); transparência (E).

A) Stakeholders

Conforme evidenciado pelo BNDES, os principais públicos de interesse para a instituição no ano de 2018 e 2019 são: Sociedade, Governo, Órgãos de Controle, Investidores, Público Interno, Clientes, Agentes Financeiros e Academia. Em 2020 o público de interesse presenciou uma alteração, sendo considerados: Sociedade, Governo, Órgãos de Controle e de Fiscalização, Investidores e Clientes. Público Interno, Agentes Financeiros e a Academia não compuseram a carteira de principais públicos de Interesse em 2020. O objetivo da contabilidade dialógica é favorecer as diferentes perspectivas e encorajar a interação democrática, a partir da manifestação de opiniões, vozes e pontos de vistas, de modo a atuar como uma forma de engajamento com os *stakeholders* (Brown, 2009). Para que ocorra esse engajamento é necessário que as organizações reconheçam primeiramente quais são os seus principais usuários de interesse, ou seja, os grupos mais importantes para a organização de modo a analisar e priorizar o relacionamento e as estratégias mútuas (Carroll, 1991).

Observa-se que em todos os anos considerados na análise, o BNDES evidenciou seu público de interesse, porém houve uma redução dos grupos no ano de 2020, de oito para cinco usuários. A saída do público interno chama a atenção e remete a necessidade de compreender a importância que o grupo exerce nas atividades da instituição. De acordo com Freeman et al. (2010) os funcionários e colaboradores são grupos que podem afetar ou ser afetados pelas atividades da organização. Argumenta-se aqui, a necessidade de compreender se o público interno não representa uma fatia considerável para ser incluída no RI do BNDES e qual o embasamento e/ou motivações que culminaram na retirada do grupo do relato da companhia.

B) Comunicação e Diálogo

O diálogo é um princípio evidenciado pelo BNDES, juntamente com a transparência, efetividade, cooperação e a busca pela excelência. Em março de 2018 o banco criou a área de comunicação e relacionamento institucional como resposta à demanda de seus colaboradores para estimular a inovação em processos, produtos e serviços. O programa visa ampliar o diálogo externo e melhorar a imagem e reputação da instituição (BNDES, 2018). Ainda em 2018, o banco iniciou o desenvolvimento de uma plataforma de diálogo denominada “Jornada de Diálogos para o Desenvolvimento”. Por intermédio da jornada, o BNDES busca conceber iniciativas-piloto com a sociedade civil de diversos setores como social, produtivo, financeiro e acadêmico (BNDES, 2018).

Em 2019 o diálogo e a comunicação permeavam como pauta de discussão da instituição. O *podcast* denominado “Diálogos BNDES” foi responsável por diversificar os formatos de conteúdo sobre o conhecimento produzido pelo banco, evidenciando a conversa de um representante do banco e um convidado externo sobre os principais temas do desenvolvimento no país (BNDES, 2019). Além disso, a campanha “BNDES Aberto”, lançada em novembro marcou a abertura do diálogo da instituição com a sociedade.

No mês de dezembro de 2019 foi lançado o novo instrumento de planejamento e comunicação das agendas estratégicas: o Plano Trienal 2020-2022 com as seguintes metas: (i) ampliar a transparência e o diálogo com a população brasileira; (ii) acelerar a venda de participações da BNDESPAR; (iii) concluir a devolução de recursos de empréstimos recebidos do Tesouro Nacional; (iv) apresentar um planejamento trienal; e (v) melhorar a prestação de serviços ao Estado brasileiro.

Em 2020 o BNDES realizou um levantamento nos canais de comunicação e relacionamento como as redes sociais, comunicação de imprensa, ouvidoria e serviços de informação ao cidadão para realizar a definição de sua materialidade. Além disso, devido as consequências da pandemia do Covid-19 o BNDES presenciou a rápida migração do trabalho presencial para o *home office*, fato que exigiu atuação da comunicação interna para divulgação de orientações sobre o uso de ferramentas de TI,

funcionamento de serviços administrativos e de recursos humanos (BNDES, 2020).

Observa-se que o diálogo e a comunicação são pautas em discussão no BNDES em todos os anos analisados, fortalecendo a ideia da atuação do RI como ferramenta de melhoria do reporte corporativo de modo a estender o diálogo com os *stakeholders* (Abeyssekera, 2013; Adhariani & Villiers, 2018; Lai et al., 2018; Naynar, Ram & Maroun, 2018). O diálogo e a comunicação possibilitam o reconhecimento das diversidades ideológicas que cercam a organização, seja internamente ou externamente, sendo esse um princípio da contabilidade dialógica. Tal fato reforça a aplicabilidade do RI nesse contexto, conforme evidenciado na Tabela 5.

No entanto, ainda que a instituição evidencie sua preocupação com a comunicação de suas ações e o diálogo com seu público de interesse, é importante que esses elementos sejam atingidos no dia a dia. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de levantar os aspectos relacionados ao pensamento integrado, pois espera-se que com sua adoção ocorra uma melhoria do diálogo tanto a nível interno, quanto externo. A seguir será discutido os aspectos relacionados ao pensamento integrado no contexto do BNDES.

C) Pensamento Integrado

O BNDES não menciona o pensamento integrado no seu RI, porém afirma em todos os anos que para a elaboração do relato o banco desenvolveu e se envolveu em um pensamento coletivo sobre sua atuação (BNDES, 2018; 2019; 2020). A partir desse pensamento coletivo foi possível refletir sobre a criação de valor, êxitos e desafios da instituição, bem como criar oportunidades de melhorias (BNDES, 2018; 2019; 2020). O pensamento coletivo evidenciado pelo banco envolve todas as áreas, instâncias decisórias da instituição e a percepção da demanda externa para definir os principais temas abordados (BNDES, 2019).

A partir da literatura do RI, observa-se que o pensamento integrado não apresenta um conceito claro e compreensível (Del Baldo, 2017; Al-Htaybat & von Alberti-Alhtaybat, 2018; Feng, Cummings & Tweedie, 2017). Diante disso, infere-se que a dificuldade de compreensão do conceito do pensamento integrado pode representar uma justificativa para o BNDES adotar o “termo pensamento coletivo” em seu relatório.

Em 2022 a *Value Reporting Foundation* apresenta seis princípios, os quais enraizados no conceito do pensamento integrado, buscam auxiliar em sua compreensão e incorporação. Os princípios são: propósito, governança, estratégia, cultura, desempenho e riscos e oportunidades. Conforme Integrated Thinking Principles 1.0, o pensamento integrado pode existir internamente na organização. Portanto, não é possível afirmar que o pensamento integrado no BNDES contribuiu para o engajamento das equipes nos processos de elaboração do reporte integrado (Guthrie et al., 2017) e para a existência da contabilidade dialógica no contexto interno do banco.

D) Informações não Financeiras e Capitais

O RI é uma importante ferramenta para evidenciar informações não financeiras e qualitativas. Destaca-se que o BNDES afirma integrar de forma concisa os aspectos não financeiros, com o objetivo de demonstrar a geração de valor (BNDES, 2018). Em 2019 o banco retirou a ênfase em soluções financeiras da sua missão, o que proporcionou uma visão mais evidente da atuação em soluções não financeiras prestadas pela instituição. Além disso, foi realizada a atualização das três perspectivas do mapa estratégico, o qual acrescentou temas relevantes, as perspectivas foram denominadas: “missões”, “processos e financeiro” e “recursos não financeiros”.

No ano de 2020 o BNDES realizou uma nova revisão do mapa estratégico e a dimensão dos “recursos não financeiros” teve sua nomenclatura alterada para “aprendizado e evolução” denotando uma ênfase maior na valorização do conhecimento (BNDES, 2020). Além de apresentar essas informações o BNDES também relaciona os capitais do RI com os temas materiais em ambos os anos.

A partir dos dados evidenciados pela instituição, elaboraram-se as tabelas 6, 7 e 8 com os temas materiais e os capitais relacionados pelo BNDES e divulgados em seu relato, nos anos analisados.

Tabela 6

Temas Materiais e Capitais Relacionados 2018

Temas Materiais	Capitais Relacionados
Infraestrutura	Manufaturado; Financeiro; Natural
Estrutura Produtiva	Social e de relacionamento; Financeiro
Educação, Saúde e Segurança	Social e de relacionamento; Financeiro
Sustentabilidade	Natural
Inovação e Tecnologia	Intelectual
Fomento, Novos Produtos e Agilidade	Intelectual; Financeiro;
Captação De Recursos e Performance Financeira	Social e de relacionamento Financeiro
Relacionamento e Atuação Institucional	Social e de relacionamento
Governança, Ética e Transparência	Intelectual; Social e de relacionamento
Gestão de Pessoas e Questões Administrativas	Humano; Manufaturado

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que em 2018 o banco elencou dez temas materiais e os relacionou aos seis capitais propostos pelo *Framework* para o RI (IIRC, 2013; 2021; CFC, 2020). No entanto, ao observar os temas materiais apresentados pelo BNDES, em especial, o de “Sustentabilidade” infere-se que

o relacionamento restrito ao capital natural pode representar um viés na compreensão da temática, a qual envolve aspectos de outros capitais, como o capital humano e o capital social e de relacionamento.

Tabela 7

Temas Materiais e Capitais Relacionados 2019

Temas Materiais	Capitais Relacionados
Banco De Serviços	Manufaturado; Intelectual;
Desempenho Econômico-Financeiro	Social e de relacionamento Financeiro
Desinvestimentos	Financeiro
Devolução De Recursos ao Tesouro Nacional	Financeiro
Digitalização	Intelectual
Estratégia	Intelectual; Financeiro; Manufaturado; Natural
Gestão De Riscos	Financeiro; Intelectual
Transparência	Social e de relacionamento; Intelectual

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que em 2019 os temas materiais da instituição passaram por reestruturação, sendo evidenciados

oito temas que passaram por aspectos relacionados aos serviços, desempenho, estratégias, riscos e transparências

(BNDES, 2019). No entanto, no referido período não houve tema material relacionado ao capital humano, porém ao longo do relato o BNDES discorreu sobre o desenvolvimento do capital humano demonstrando ações relacionadas a formações técnicas e profissionalizantes (BNDES, 2019). Tal fato remete atenção, pois em 2020

identificou-se que o público interno deixa de ser considerado no RI. Conforme o OCPC 09 o público interno pode ser compreendido como um exemplo do capital humano e abrange as competências, habilidades e experiência das pessoas, bem como suas motivações para inovar (CFC, 2020).

Tabela 8

Temas Materiais e Capitais Relacionados 2020

Temas Materiais	Capitais Relacionados
Medidas Emergenciais Para Combate à Pandemia de Covid-19	Social e de relacionamento; Financeiro; Intelectual
Sustentabilidade	Natural; Social e de relacionamento
Desestatização e Estruturação de Projetos	Manufaturado; Social e de relacionamento
Governança	Humano; Social e de relacionamento
Desinvestimentos	Financeiro

Fonte: Elaboração própria.

Conforme evidenciado na Tabela 8, os temas materiais do BNDES presenciaram uma nova modificação, sendo apresentados cinco temas que compreendem medidas relacionadas à pandemia do Covid-19, sustentabilidade, governança, desestatização e desinvestimentos. Nesse período o capital humano voltou a ser relacionado com os temas materiais da instituição, em especial aos aspectos da governança (BNDES, 2020). Destaca-se o retorno do tema “Sustentabilidade” e inclusão do capital social e de relacionamento à temática, demonstrando um avanço na compreensão da sustentabilidade.

A demanda dos *stakeholders* por informações não financeiras, em especial, socioambientais tem sido crescente e ocasionado uma mudança de postura das organizações, inclusive daquelas pertencentes ao setor público (Nicolò, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020). Observa-se que o BNDES tem se preocupado com o fornecimento dessas informações ao divulgar o RI. Rupley et al. (2017) argumenta que a utilização dos seis capitais propostos pelo RI (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural e social e de relacionamento) podem ser utilizados para determinar e demonstrar as informações financeiras e não financeiras.

De modo semelhante, Villiers e Sharma (2018) afirmam que a atenção aos capitais direciona o foco do relatório, expandindo sua compreensão para além dos aspectos financeiros. Diante disso, destaca-se que o BNDES tem conseguido atuar frente a utilização dos capitais, ainda que não apresente todos os capitais propostos pelo OCPC 09 (CFC, 2020) em correlação com o *Framework 1.0* para o RI (IIRC, 2013; 2021).

De acordo com o OCPC 09 todas as organizações dependem de diversas formas de capital para atingirem sucesso empresarial e embora possam interagir com todos os capitais propostos, tais interações podem ser não apresentar valor relevante para sua inclusão no RI (CFC, 2020; IIRC, 2021). Tal fato, justifica o BNDES não incluir

todos os capitais e relacioná-los aos temas materiais propostos. Analisando sob a perspectiva da contabilidade dialógica, a adoção dos capitais do RI é uma forma de aplicar o princípio da redução monetária (Tabela 5), pois amplia o escopo da informação com elementos não financeiros e qualitativos.

E) *Transparência*

De modo semelhante à comunicação e o diálogo, a transparência é um princípio do arcabouço do BNDES. No contexto da transparência, a instituição argumenta a necessidade de tornar as informações acessíveis a todos os públicos, por meio de melhorias no site e consultas à sociedade. Em uma seção específica do relatório são apresentadas informações sobre o acesso à informação, sigilo, entre outros (BNDES, 2018). Em 2019 a transparência se tornou a 1^o meta para nortear a comunicação e o relacionamento do banco com seu público.

Argumenta-se a respeito da contabilidade dialógica que prevê a necessidade de uma atuação transparente para manter os *stakeholders* informados, bem como permitir acesso a não especialistas (Brown, 2009). Nesse sentido, destaca-se a necessidade de uma comunicação fluída e com abordagem pluralista, que considere as demandas dos *stakeholders* (Dumay et al., 2016; Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza, & García-Sánchez, 2013). A obrigatoriedade da adoção do RI no setor público contribuiu com a melhoria da transparência e divulgação de impactos da gestão pública no meio ambiente, na sociedade e na economia, garantindo uma maior responsabilidade e criação de valor (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019). Além de fortalecer o potencial do RI de melhorar a transparência dos reportes corporativos (Kılıç & Kuzey, 2018) e contribuir a partir do fornecimento de dados completos e não tendenciosos que auxiliem na prestação de contas organizacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo consistiu em identificar as oportunidades e os desafios do desenvolvimento do Relato Integrado a partir dos princípios da contabilidade dialógica e analisar os elementos relacionados ao engajamento com os *stakeholders* evidenciados no Relato Integrado de uma empresa pública. A partir da adoção do pensamento integrado, as organizações podem ser favorecidas com o engajamento com os *stakeholders*, prover informações de natureza qualitativas e quantitativas, financeiras e não financeiras. Consequentemente, há a expectativa de melhorar o diálogo com os *stakeholders*, tanto a nível interno, quanto externo.

Espera-se que o RI no contexto da contabilidade dialógica contribua ainda para o fornecimento de dados completos e não tendenciosos que possibilitem a melhoria na transparência e prestação de contas organizacional. Tais aspectos vão ao encontro dos princípios propostos por Brown (2009) para a contabilidade dialógica. Diante disso, destaca-se que as oportunidades para o desenvolvimento do RI no contexto da contabilidade dialógica resumem-se em: engajamento com os *stakeholders*, prestação de contas, transparência e melhoria do diálogo. Ainda, há desafios que devem ser superados para que o RI se desenvolva de modo satisfatório no contexto da contabilidade dialógica como o direcionamento de uma melhor compreensão do conteúdo que cercam as temáticas.

Além disso, os resultados do estudo possibilitaram observar que o BNDES evidenciou seu público de interesse, bem como a mudança dos grupos no decorrer dos anos analisados, demonstrando que a instituição pode enfrentar uma mudança de postura e de interesses ao longo do tempo. Constatou-se também que o BNDES apresenta um padrão de divulgação em todos os anos e evidencia o compromisso com a comunicação e o diálogo com os *stakeholders*, demonstrando assim a preocupação que tem com seus usuários e com a transparência de suas ações.

A divulgação das informações não financeiras atua, ainda, como um instrumento da contabilidade dialógica e avança com a compreensão do RI como ferramenta de transparência aos múltiplos *stakeholders*. No entanto, infere-se que sem a adoção do pensamento integrado, não é possível mensurar com clareza o modo que o diálogo e a comunicação estão sendo atingidos no dia a dia.

Portanto, o estudo contribui com a literatura acadêmica sobre a contabilidade dialógica e o RI, fornecendo uma revisão da temática, bem como pontos de reflexão sobre os desafios e as oportunidades de desenvolvimento do relato. Além disso, o estudo contribui com a prática ao demonstrar que o engajamento com os *stakeholders* é alvo simultâneo da contabilidade dialógica e do RI, fornecendo um cenário para o desenvolvimento futuro da temática.

Para estudos futuros recomenda-se a aplicação dos demais princípios da contabilidade dialógica, não

abordados no presente estudo. Sugere-se ainda a investigação no campo, com o auxílio de metodologias como o estudo de caso para verificar se na prática há campo para aplicação dos princípios da contabilidade dialógica e o nível de adesão nas organizações, caso seja disseminada com eficácia.

REFERÊNCIAS

- Abeyssekera, I. (2013). A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 14(2), 227-245. <https://doi.org/10.1108/14691931311323869>
- Adhariani, D., & Villiers, C. (2018). Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 126-156. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2018-0043>
- Al-Htaybat, K., & von Alberti-Alhtaybat, L. (2018). Integrated thinking leading to integrated reporting: case study insights from a global player. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1435-1460. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2016-2680>
- Angotti, M. (2018). *Full Cost Accounting e Contabilidade Dialógica aplicados para avaliação da sustentabilidade da indústria de extração mineral em Congonhas (MG)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://ppgcc.ufrrj.br/images/teses/2018/4--Tese-Angotti---pos-banca.pdf>
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2018). *Relatório Anual Integrado*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2019). *Relatório Anual Integrado*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2020). *Relatório Anual Integrado*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. 1 ed. Edições 70.
- Bebbington, J., & Gray, R. (2001). An Account of Sustainability: Failure, Success and a Reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(5), 557-587. <https://doi.org/10.1006/cpac.2000.0450>
- Bellucci, M., & Manetti, G. (2017) Facebook as a tool for supporting dialogic accounting? Evidence from large philanthropic foundations in the United States. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(4), 874-905. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2015-2122>
- Bellucci, M., Simoni, L., Acuti, D., & Manetti, G. (2019) Stakeholder engagement and dialogic accounting: Empirical evidence in sustainability reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(5), 1467-1499. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2017-3158>
- Blackburn, N., Brown, J., Dillard, J., & Hooper, V. (2014) A dialogical framing of AIS-SEA design. *International Journal of Accounting Information Systems*, 15, 83-101. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2013.10.003>
- Brasil. (2016). *Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm
- Brown, J. (2009). Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, 20, 313-342. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.08.002>

- Campbell, J. L. (2007). Why Would Corporations Behave in Socially Responsible Ways? An Institutional Theory of Corporate Social Responsibility. *The Academy of Management Review*, 32(3), 946-967
- Carroll, A. B. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, 34, 39-48. [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(91\)90005-G](https://doi.org/10.1016/0007-6813(91)90005-G)
- Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility. Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Caruana, J., & Grech, I. (2019) Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409-417. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583911>
- Cavicchi, C., Oppi, C., & Vagnoni, E. (2019) On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary. *Journal of Management and Governance*, 23, 345-371. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09456-2>
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 25(1), 90-119. <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020). *Orientação Técnica (OCPC) 09 – Relato Integrado*. http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/591_OCPC%2009.pdf
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7 ed. McGraw Hill, Brasil.
- Del Baldo, M. (2017). The implementation of integrating reporting in SMEs: Insights from a pioneering experience in Italy. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 505-532. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2016-0094>
- Dillard, J., & Brown, J. (2015). Broadening out and opening up: an agonistic attitude toward progressive social accounting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(2), 243-266. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2014-0055>
- Dillard, J., Yuthas, K., & Baudot, L. (2016) Dialogic framing of accounting information systems in social and environmental accounting domains: Lessons from, and for, microfinance. *International Journal of Accounting Information Systems*, 23, 14-27. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2016.10.001>
- Donaldson T., & Preston L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91. <https://doi.org/10.2307/258887>
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166-185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & Villiers, C. (2019) The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27(4), 556-579. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2019-0436>
- Favato, K. J., Neumann, M., & Sanches, S. L. R. (2020). O Percurso do Contrato de Legitimação Para o Desenvolvimento Sustentável: Análise dos Temas Arelados no Relato Integrado do BNDES. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 52-73. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.5318>
- Feng, T., Cummings, L., & Tweedie, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 330-353. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2016-0068>
- Freeman, E. R., & Dmytriiev, S. (2017). Corporate social responsibility and stakeholder theory: Learning from each other. *Symphonya Emerging Issues in Management*, 2, 7-15. <https://doi.org/10.4468/2017.1.02freeman.dmytriiev>
- Freeman, R. E., Harrison, J.S., Wicks, A. C., Parmar, B., & De Colle, S. (2010). *Stakeholder theory: The state of art*. Cambridge University Press.
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., & Frías-Aceituno, J. V. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International Business Review*, 22(5), 828-838. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2013.01.007>
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Godowski, C., Nègre, E., & Verdier, M-A. (2020) Toward dialogic accounting? Public accountants' assistance to works councils – A tool between hope and illusion. *Critical Perspectives on Accounting*, 69, 102095. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.102095>
- Gray, R. (1992). Accounting and environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 399-425. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90038-T](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90038-T)
- Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, organizations and society*, 35(1), 47-62. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.006>
- Grossi, G., Biancone, P. P., Secinaro, S., & Brescia, V. (2021). Dialogic accounting through popular reporting and digital platforms. *Meditari Accountancy Research*, 29(7), 75-93. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2021-1163>
- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 553-573. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2017-0155>
- Higgins, C., Stubbs, W., Tweedie, D., & McCallum, G. (2019). Journey or toolbox? Integrated reporting and processes of organisational change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(6), 1662-1689. <https://doi.org/10.1108/aaaj-10-2018-3696>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *The International Framework*. <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021). *The International Framework*. <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>
- Kingston, K. L., Furneaux, C., Zwaan, L., & Alderman, L. (2020). From monologic to dialogic: Accountability of nonprofit organisations on beneficiaries' terms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(2), 447-471. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2019-3847>
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2018). Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1381-1405. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2016-2674>
- Landi, S., Constantini, A., Fasan, M., & Bonazzi, M. (2021). Public engagement and dialogic accounting through social media during COVID-19 crisis: a missed opportunity? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 35(1), 35-47. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2020-48840951-3574>
- Lazzarini, S. G., Musacchio, A., Bandeira-de-Mello, R., & Marcon, R. (2015). What Do State-Owned Development Banks Do? Evidence from BNDES (2002–09). *World Development*, 66, 237-253. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.08.016>

- Manetti, G., Bellucci, M., & Bagnoli, L. (2017). Stakeholder Engagement and Public Information Through Social Media: A Study of Canadian and American Public Transportation Agencies. *American Review of Public Administration*, 47(8), 991-1009. <https://doi.org/10.1177/0275074016649260>
- Mapurung, P. V. R., Correia Lima, B.C., & Holanda, A. P. (2014). Disclosure social e isomorfismo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Rev. Adm. UFSM*, 8(2), 267-281. <https://doi.org/10.5902/198346599181>
- Mauro, S. G., Cinquini, L., Simonini, E., & Tenucci, A. Moving from social and sustainability reporting to integrated reporting: exploring the potential of Italian public-funded universities' reports. *Sustainability*, 12, 3172. <https://doi.org/10.3390/su12083172>
- McNally, M. A., Cerbone, D., & Maroun, W. (2017). Exploring the challenges of preparing an integrated report. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 481-504. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2016-0085>
- Montecalvo, M., Farneti F., & Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>
- Montesinos, V., & Brusca, I. (2019). Non-financial reporting in the public sector: alternatives, trends and opportunities. *Spanish Accounting Review*, 22(2), 122-128. <https://doi.org/10.6018/rcsar.383071>
- Naynar, N. R., Ram, A. J., & Maroun, W. (2018). Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 241-262. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2017-0249>
- Nicolo, G., Zanellato, G., & Tiron-Tudor, A. (2020) Integrated reporting and European state-owned enterprises: a disclosure analysis pre and post 2014/95/EU. *Sustainability*, 12, 1908. <https://doi.org/10.3390/su12051908>
- Oliveira, M., Araújo, J., Jr., Oliveira, O., & Ribeiro, M. (2014). Análise comparativa da divulgação de informações sociais de empresas brasileiras e empresas britânicas à luz da teoria dos stakeholders, da teoria da divulgação voluntária e da teoria da legitimidade. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade Unisinos*, 11(4),304-317. <https://doi.org/10.4013/base.2014.114.03>
- Ombati, O. T., & Hirschsohn, P. (2015). Stakeholder salience and firm's accountability on sustainable supply chain management practices: a case of MaxTech, Africa. *Journal of Service Science and Management*, 8, 267-278. <https://doi.org/10.4236/jssm.2015.82030>
- Rosa, D. C. (2019). *O Relatório Integrado como novo paradigma da prestação de contas governamental: Análise dos elementos e conteúdo do Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda à luz da estrutura conceitual*. Tribunal de Contas da União. <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/o-relatorio-integrado-como-novo-paradigma-da-prestacao-de-contas-governamental-analise-dos-elementos-e-conteudo-do-relatorio-de-gestao-do-ministerio-da-fazenda-a-luz-da-estrutura-conceitual.htm>
- Souza, M. J. P., Ferreira, A. L., & Hanley, A. (2015). A quantitative analysis of the academic economic literature regarding The Brazilian Development Bank (BNDES). *Economia*, 16(2), 157-175. <https://doi.org/10.1016/j.econ.2015.03.006>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Tanima, F. A., Brown, J., & Dillard, J. (2020). Surfacing the political: Women's empowerment, microfinance, critical dialogic accounting and accountability. *Accounting, Organizations and Society*, 85, 101141. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2020.101141>
- Villiers, C., & Sharma, U. (2018). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 101999. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>
- Vinnari, E., & Dillard, J. (2016). (ANT)agonistics: Pluralistic politicization of, and by, accounting and its technologies. *Critical Perspectives on Accounting*, 39, 25-44. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.02.001>
- World Commission on Environment and Development. (1986). *Our Common Future*. <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)

Av. da Universidade – 2486, Benfica
CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Paulo Rogério Faustino Matos
Danielle Augusto Peres

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br

**EDITOR-CHEFE**

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ADJUNTOS

Alane Siqueira Rocha (UFC)

Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)

Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)

Allysson Alex Araújo (UFC)

Andrew Beheregarai Finger (UFAL)

Armando dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)

Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)

Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)

Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC)

Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)

Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)

Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb, EUA)

Gabriel Moreira Campos (UFES)

Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)

Jorge de Souza Bispo (UFBA)

Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)

Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira (UNINOVE)

Marcos Cohen (PUC-Rio)

Marcos Ferreira Santos (La Sabana, Colômbia)

Mariluce Paes-de-Souza (UNIR)

Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, França)

Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)

Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)

Rosimeire Pimentel (UFES)

Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA)

Susana Jorge (UC, Portugal)

Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)

Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)

Danielle Augusto Peres (UFC)

Diego de Queiroz Machado (UFC)

Editinete André da Rocha Garcia (UFC)

Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)

Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)

Fátima Regina Ney Matos (ISMT)

Mario Henrique Ogasavara (ESPM)

Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)

Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)

Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)

Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)

Denise Del Pra Netto Machado (FURB)

Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)

Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)

Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)

Francisco José da Costa (UFPB)

Isak Kruglianskas (FEA-USP)

José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)

José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)

José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)

José Célio de Andrade (UFBA)

Luciana Marques Vieira (UNISINOS)

Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)

Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)

Marcelle Colares Oliveira (UFC)

Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)

Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)

Mozar José de Brito (UFL)

Renata Giovinazzo Spers (FEA-USP)

Sandra Maria dos Santos (UFC)

Walter Bataglia (MACKENZIE)



A Contextus está classificada no sistema Qualis – Capes como periódico B1, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.